



O IMPACTO DA INFLAÇÃO NO ORÇAMENTO DOMÉSTICO

COLELLA, Mariana Trivia¹

DUARTE, Saulo Gonçalves Oliveira¹

ROMANOW, Ingrid Oliveira¹

CARVALHO, Tamires Rodrigues de¹

DEUS, Cristian Fábio de²

¹Acadêmicos do curso de Graduação em Administração da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva

²Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo da importância dos impactos da inflação no orçamento doméstico das famílias brasileiras e como estas poderão utilizá-lo como ferramenta para se estruturar, mostra também um pouco de como ele surgiu e invadiu a vida dos brasileiros. Contudo a inflação tem participação no orçamento, visto que os aumentos contínuos e generalizados dos preços acarretam impacto no equilíbrio financeiro das famílias, este índice pode ser mensurado e utilizado como ferramenta para administrar o orçamento levando em consideração os reajustes de preços, para a programação e planejamento. O orçamento doméstico deve ser utilizado como um instrumento para planejar o controle financeiro familiar, desta forma é necessário entender seu comportamento, objetivando maior controle das finanças e fazendo com que os gastos sejam diminuídos sem interromper os hábitos, tende a convencer o leitor de que a prática de planejar o ajudara a poupar e quando realmente precisar estará com o orçamento em dia para realizar atividades extras sem ter que prejudicar o que se trata de mais importante durante o mês.

Palavras-chave: Inflação, Orçamento doméstico, Organização e controle

ABSTRACT

This work it is a study of the importance of inflation impacts on domestic budget of Brazilian families and how they may use it as a tool to structure, also shows a bit of how it came and invaded the lives of Brazilians. Yet inflation has participation in the budget, as the continued increases and widespread price entail impact on the financial stability of families, this index can be measured and used as a tool to manage the budget taking into account the price adjustments, for programming and planning. The household budget should be used as a tool to plan the family financial control in this way is necessary to understand their behavior, aiming at better control of finances and making the expenditures are reduced without disrupting the habits tends to convince the reader that the practice planning will help you to save and when you really need is to budget to date to perform extra activities without having to spoil what it is most important during the month.

Keywords: Domestic budget, Inflation, Organization and control



1. INTRODUÇÃO

É muito comum a população não entender direito como funciona e pra que serve a inflação, já que se trata de um assunto muito complexo. Sendo assim, é fácil acreditar que ela não interfere em nosso dia a dia, pois não a vemos a olho nu. Entretanto, ela está presente em cada item adquirido, sejam eles bens ou serviços.

Este artigo tem por objetivo mostrar como a inflação atinge o cotidiano da população. Deste modo, a pesquisa destaca o conceito de inflação do ponto de vista de muitos especialistas no assunto, os órgãos responsáveis pelo cálculo da inflação, o orçamento doméstico e sua importância como ferramenta de auxílio para controle de gastos.

Destaca também o histórico do salário mínimo no Brasil, dando ênfase as suas variações com o passar do tempo, demonstrado também através da tabela 01. E por fim, como a inflação interfere no orçamento doméstico familiar, contendo também dicas para que as famílias possam driblar as altas inflacionárias. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica qualitativa, através de artigos científicos, livros, órgãos estatais, monografias, dentre outros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Existem muitas contradições sobre o real surgimento da inflação. De acordo com Shostak (2012) a inflação surgiu quando um monarca de um determinado país obrigou os cidadãos a lhe entregar todas as moedas que possuíam com o pretexto do surgimento de uma nova moeda que substituiria a atual. Nesse procedimento eles falsificavam moedas derretendo-as e misturando com outro metal, gerando assim mais moedas de ouro, devolviam aos cidadãos o mesmo valor em moedas falsas e utilizavam as moedas extras para cobrir seus próprios gastos. Aquilo que era visto como moeda de ouro puro era na verdade ouro diluído, este aumento no número de moedas em circulação fez com que os preços de mercadorias aumentassem causando assim a inflação.



2.1 CONCEITO E CAUSAS DA INFLAÇÃO

A inflação é muito abordada em nosso cotidiano, entretanto, seu conceito nem sempre é utilizado da forma correta. Muitos leigos e especialistas falam de inflação quando o assunto é o aumento de preços, mas o aumento de preço não define inflação, este aumento é o efeito da inflação.

Existem muitos fatores que podem causar a inflação. Pode ser o aumento de preço de um item básico na economia – o petróleo e energia elétrica, por exemplo - que por sua vez contamina os demais preços de produtos derivados ou que dependam dessa matéria-prima, provocando assim uma alta generalizada. Também podemos considerar o excesso de consumo, pois os produtos tornam-se escassos resultando em um aumento de seus preços (MOREIRA, 2011).

Ainda conforme Moreira (2011), quando o Governo gasta mais do que arrecada, e emite mais papel-moeda para pagar suas contas, causa inflação, visto que, está desvalorizando a moeda nacional, devido à criação de dinheiro novo sem fundamento, sem garantia, sem existir formação de riqueza, de produção. Deste modo, os bens e serviços continuam os mesmos, porém, o dinheiro em circulação aumenta de volume, desta forma, passa-se a exigir maior quantidade de dinheiro pela mesma quantidade de produto, que é denominado por alguns economistas como dinheiro fraco, dinheiro pobre.

Conforme Ribeiro (2012) de um modo econômico, inflação refere-se a expansão monetária da economia de um determinado país, ou seja, o aumento da quantidade de dinheiro circulando no sistema financeiro, que por consequência ocasiona um acréscimo generalizado dos preço de bens e serviços.

Em concordância, Triches e Furlaneto (2005) afirmam que a palavra inflação tem origem da ideia que o aumento dos preços tem como causa a emissão excessiva de papel moeda que incha e infla o volume de dinheiro em circulação; relatam ainda que com a elevação dos preços ocorre uma depreciação no valor da moeda, deste modo, provoca uma redução no poder aquisitivo de bens e serviços ofertados na economia.

Já Rossi et al. (2011, p. 1) relatam que:



“A inflação pode ter uma causa monetária (impressão de dinheiro pelo governo), pode ter causas psicológicas (agentes ajustam o preço porque acham que outro também vai ajustar) e pode ter uma causa real (um desajuste entre a oferta e demanda por bens e serviços.”

De acordo com Moreira (2011) quando instalado o processo inflacionário, o controle é muito difícil, ele trabalha como um ciclo vicioso, obrigando reajustes periódicos de preços e salários. Segue dizendo também que quem mais sofre com esses reajustes é a população de maior pobreza, que não tem como se proteger.

Em épocas de hiperinflação, já ocorreu no Brasil reajustes diários de contas bancárias para repor o poder de compra que o dinheiro perdia. No entanto pessoas mais pobres não tinham contas bancárias - muitas continuam não tendo - assim não podiam desfrutar desse benefício e a cada dia seu dinheiro valia menos (MOREIRA, 2011).

Há varias teorias utilizadas para definir inflação, apesar de uma não eliminar a outra, cada teoria pode ser classificada conforme sua causa ou origem. Para Silva (2014) de modo que tais causas se tornam mais evidentes, estas resultam em dois tipos de inflação: A inflação de custos e a inflação de demanda.

Souza (2001) define inflação de custos como o resultado de um aumento dos preços da oferta para um dado nível de atividades, ou seja, uma oscilação da oferta agregada; e inflação de demanda como uma alta no nível dos preços causada por um aumento real da demanda agregada superior ao produto potencial da economia, ou seja, excesso de moeda em relação aos bens e serviços disponíveis.

Atualmente existem alguns órgãos responsáveis pelo cálculo da inflação no Brasil, dentre eles, quatro são considerados principais: a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (Dieese) (TRADERNEWS, 2008).



2.2 ORÇAMENTO DOMÉSTICO

O planejamento financeiro familiar é um assunto que tem ganhado qualidade com as mudanças decorrentes do grande estímulo comercial e também pelas políticas de crédito e financiamento, cada vez mais voltadas ao consumidor e suas necessidades, fazendo assim uma discussão entre influência da idade, escolaridade e renda no hábito do planejamento financeiro e controle orçamentário, bem como analisar as características e formas de controle, propondo verificar o hábito de poupar, o uso de crédito extra orçamentário e o impulso consumista além de identificar os meios pelos quais os respondentes têm obtido informações sobre planejamento financeiro familiar e controle orçamentário.

O orçamento doméstico é uma forma de organizar as finanças domésticas objetivando criar reservas que possibilitem uma situação mais favorável ou até mesmo a aquisição de bens. O orçamento é uma importante ferramenta para um planejamento, pois aponta a origem e as aplicações dos recursos recolhidos. Variáveis como idade, escolaridade e renda podem influenciar no processo de decisão sobre o ato de poupar ou gastar. É grande a importância dada para a prática do planejamento, entretanto alguns encontram dificuldades em concretizá-lo por desconhecerem como executar.

No lar, assim como em uma empresa, a administração dos recursos é de suma importância, pois serve de base para decisões, sobre quanto e como gastar dinheiro, tem se percebido que a cada ano que passa a procura por eventos, cursos e palestras sobre esse tema tem aumentado consideravelmente.

Através de um planejamento financeiro é possível estabelecer metas de consumo realistas e planejar aquisições de médio e longo prazo, como aquisição de veículo, imóveis ou investimento em educação. Controlar aquilo que se ganha e o que se gasta é fundamental para ter sucesso financeiro. É fato que, com controle financeiro é possível ter uma renda não muito alta e qualidade de vida. O contrário também ocorre, pessoas com rendimentos altos e nenhum controle parecem ver seu dinheiro escorrer entre os dedos devido o mau uso, o orçamento apresenta-se como ferramenta para se atingir o planejamento financeiro, sendo a caderneta uma forma



de organizar o orçamento, e com isso obter um planejamento de despesas e gastos, utilizar a caderneta que possibilita listar despesas já consolidadas como: gastos com água e esgoto, energia elétrica, alimentação, gasolina e transporte. Na maioria das vezes, o descontrole se dá pelo fato das receitas serem menores que as despesas e por falta de um planejamento correto e sistemático dos gastos, conta de luz mais cara, gasolina acima de R\$ 3,00 em diversas capitais e reajuste nos preços dos supermercados são apenas alguns dos itens que estão esvaziando o bolso do consumidor. E, com a economia crescendo menos, os ganhos de renda ficam mais difíceis. Um cenário que requer cuidado redobrado com as finanças, afinal, se o ritmo de crescimento dos gastos não for contido, a conta pode não fechar no fim do mês.

A inflação possui participação no orçamento, visto que os aumentos contínuos e generalizados dos preços acarretam impacto no equilíbrio financeiro das famílias. Este índice pode ser mensurado e utilizado como ferramenta para administrar o orçamento levando em consideração os reajustes dos preços, para programação e planejamento. O orçamento doméstico pode ser utilizado como um instrumento para o planejamento e controle financeiro familiar, desta forma, é necessário entender seu comportamento objetivando maior controle das finanças.

2.3 SALÁRIO MÍNIMO

O salário mínimo é estabelecido por lei, sendo reavaliado anualmente baseando-se no custo de vida da população, sua criação foi feita com base no valor mínimo que uma pessoa gasta para garantir sua sobrevivência.

2.3.1 HISTÓRICO DO SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL:

Surgiu no Brasil em meados da década de 30. A Lei nº 185 de janeiro de 1936 e o Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938 regulamentaram a instituição do salário



mínimo, e o Decreto-Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940, fixou os valores do salário mínimo, que passaram a vigorar a partir do mesmo ano. O país foi dividido em 22 regiões (os 20 estados existente na época, mais o território do Acre e o Distrito Federal) e todas as regiões que correspondiam a estados foram divididas ainda em sub-região, num total de 50 sub-regiões. Cada sub-região fixou um valor para o salário mínimo, num total de 14 valores distintos para todo o Brasil. Os Estados estão assegurados pela lei complementar nº. 103/00; tem legitimidade para legislar dentro de seus domínios geográficos e a população residente tem que acatar o piso regional (exceção para os aposentados e pensionistas do INSS que seguem legislação federal).

Em julho de 1943 foi dado um primeiro reajuste seguido de outro em dezembro do mesmo ano. Estes aumentos, além de recompor o poder de compra do salário mínimo, reduziram a razão entre o maior e o menor valor, já que foram diferenciados, com maiores índices para os menores valores. Após esses aumentos, o salário mínimo passou mais de oito anos sem ser reajustado, sofrendo uma queda real da ordem de 65%, considerando-se a inflação medida pelo IPC da FIPE.

O Presidente Getúlio Vargas assinou em dezembro de 1951 o Decreto-Lei reajustando os valores do salário mínimo, iniciando a um período em que reajustes mais frequentes garantiram a manutenção e até alguma elevação do poder de compra do salário mínimo. Da data deste reajuste até outubro de 1961, quando ocorreu o primeiro reajuste do Governo de João Goulart, houve um total de seis reajustes. Neste período, além de os reajustes terem ocorrido em intervalos cada vez menores (o último, de apenas 12 meses), ampliou-se bastante o número de valores distintos para o salário mínimo entre as diversas regiões. Ressalta-se que nos dois primeiros reajustes deste período o aumento do maior salário mínimo foi muito superior ao do menor, com a razão entre eles atingindo 4,33 em julho de 1954, seu maior valor histórico.

A partir de 1962, com a aceleração da inflação, o salário mínimo voltou a perder seu poder de compra, apesar dos outros dois reajustes durante o Governo de Goulart. Após o golpe militar, modificou-se a política de reajustes do salário mínimo, abandonando-se a prática de recompor o valor real do salário no último reajuste.



Passou-se a adotar uma política que visava manter o salário médio, e aumentos reais só deveriam ocorrer quando houvesse ganho de produtividade. Os reajustes eram calculados levando-se em consideração a inflação esperada, o que levou a uma forte queda salarial decorrente da subestimação da inflação por parte do governo.

Em 1968, passou-se a incluir uma correção referente à diferença entre as inflações esperadas e realizadas, sem, no entanto, qualquer correção referente às perdas entre 1965 e 1968. Neste período, que durou até 1974, houve ainda uma forte redução no número de níveis distintos de salário mínimo, que passou de 38 em 1963 para apenas cinco em 1974. Também reduziu a relação entre o maior e o menor salário mínimo.

De 1975 a 1982, os reajustes do salário mínimo elevaram gradualmente seu poder de compra, com um ganho real da ordem de 30%. Em 1979, os reajustes passaram a ser semestrais, e em valores que correspondiam a 110% da variação do INPC. Além disso, manteve-se a política de estreitamento entre os distintos valores, que em 1982 era somente três, diminuindo a diferença entre o maior e o menor salário.

A partir de 1983, as diversas políticas salariais associadas aos planos econômicos de estabilização e, principalmente, o crescimento da inflação levou a significativas perdas no poder de compra do salário mínimo. Entre 1982 e 1990, o valor real do salário mínimo caiu 24%. Em 1984 ocorreu a unificação do salário mínimo no país.

A partir de 1990, apesar da permanência de altos índices de inflação, as políticas salariais foram capazes de garantir o poder de compra do salário mínimo, que apresentou um crescimento real de 10,6% entre 1990 e 1994, em relação à inflação medida pelo INPC.

Com a estabilização após o Plano Real, o salário mínimo teve ganhos reais ainda maiores, totalizando 28,3% entre 1994 e 1999. Neste mesmo período, considerando-se a relação do valor do salário mínimo e da cesta básica calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) na cidade de São Paulo, o crescimento foi de 56%. A partir da



estabilização dos preços a partir de 1994 que se consolidou a mais significativa recuperação do poder de compra do mínimo desde a década de 50.

Em 2008 o Presidente Lula “arredondou” o valor do salário mínimo que seria pouco mais de R\$ 413,00 para R\$ 415,00, com vigência a partir de 01 de março. Em 2009 o reajuste deu-se desde 01 de fevereiro (R\$ 465,00) e, em 2010, a partir de 01 de janeiro (R\$ 510,00). Para os próximos anos o reajuste se deu sempre no dia 01 de janeiro, incorporando-se no pagamento até o 5º dia útil do mês de fevereiro.

TABELA DOS VALORES NOMINAIS DO SALÁRIO MÍNIMO					
VIGÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR DIÁRIO	VALOR HORA	NORMA LEGAL	D.O.U.
01.01.2015	R\$ 788,00	R\$ 26,27	R\$ 3,58	Decreto 8.381/2014	30.12.2014
01.01.2014	R\$ 724,00	R\$ 24,13	R\$ 3,29	Decreto 8.166/2013	24.12.2013
01.01.2013	R\$ 678,00	R\$ 22,60	R\$ 3,08	Decreto 7.872/2012	26.12.2012
01.01.2012	R\$ 622,00	R\$ 20,73	R\$ 2,83	Decreto 7.655/2011	26.12.2011
01.03.2011	R\$ 545,00	R\$ 18,17	R\$ 2,48	Lei 12.382/2011	28.02.2011
01.01.2011	R\$ 540,00	R\$ 18,00	R\$ 2,45	MP 516/2010	31.12.2010
01.01.2010	R\$ 510,00	R\$ 17,00	R\$ 2,32	Lei 12.255/2010	16.06.2010
01.02.2009	R\$ 465,00	R\$ 15,50	R\$ 2,11	Lei 11.944/2009	29.05.2009
01.03.2008	R\$ 415,00	R\$ 13,83	R\$ 1,89	Lei 11.709/2008	20.06.2008
01.04.2007	R\$ 380,00	R\$ 12,67	R\$ 1,73	Lei 11.498/2007	29.06.2007
01.04.2006	R\$ 350,00	R\$ 11,67	R\$ 1,59	MP 288/2006	31.03.2006
01.05.2005	R\$ 300,00	R\$ 10,00	R\$ 1,36	Lei 11.164/2005	22.04.2005

Tabela 01 – Valores Nominais do Salário Mínimo. 2015. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

2.4 IMPACTO DA INFLAÇÃO NO ORÇAMENTO DOMÉSTICO

A inflação possui grande participação no orçamento doméstico, visto que o aumento contínuo e exagerado de preços afetam diretamente a saúde financeira familiar, sendo assim é necessário utilizar o orçamento para reajustar e programar as finanças novamente, em momentos de crise é propício a implementação da educação financeira que é processo educativo que permite o desenvolvimento dos valores e das competências necessárias para melhorar as decisões financeiras.

Existem diversas consequências de uma inflação alta ou descontrolada que atinge diretamente o bolso das famílias brasileiras, segundo Silva (2001), a inflação pode desvalorizar a moeda do país, com a inflação elevada, a moeda vai perdendo seu valor com o passar do tempo os consumidores (trabalhadores) que não tem reajustes constantes e não conseguem comprar os mesmos produtos com o mesmo valor usado anteriormente; os preços dos produtos sofrem reajustes constantes, causa a diminuição de investimentos no setor produtivo, aumenta as taxas de juros, aumenta o desemprego, todos esses itens atingem direta ou indiretamente o orçamento doméstico.

Abaixo segue tabela 02 que faz um comparativo na cidade de Porto Alegre/RS com itens do orçamento doméstico após o aumento da inflação:

CASAL COM FILHOS				
ITEM	FEV/14	FEV/15	DIFERENÇA	
Brinquedo eletrônico	R\$ 39,97	R\$ 43,99	10,05%	
Mensalidade de clube	R\$ 58,75	R\$ 74,29	26,45%	
Mensalidade em escola de Ensino Médio	R\$ 695,98	R\$ 797,25	14,55%	
Livro didático	R\$ 81,86	R\$ 100,60	22,89%	
Supermercado no mês (cesta básica)	R\$ 316,55	R\$ 353,81	11,77%	
Consulta médica	R\$ 240,63	R\$ 277,50	15,32%	
Produto de limpeza (de roupa)	R\$ 6,28	R\$ 6,91	10,10%	

Tabela 02 – Comparativo de um casal com filhos. 2015. Fonte: IEPE/UFRGS e DIEESE

Para Braz (2015), economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o aumento de 0,06% no IPC-C1 da FGV em agosto de 2015 é muito abaixo do indicador apresentado em julho, quando o indicador subiu 0,68%, essa desaceleração foi conduzida pelo comportamento dos alimentos e também dos gastos com habitação. As hortaliças e legumes acumularam queda de 10,76% no mês de agosto, apesar

dessa queda grande em um mês apenas, tais itens acumulam alta de 49% em 12 meses. Conforme tabela 3 abaixo segue as variações ocorridas nos meses de Julho e Agosto de 2015:

Classe de Despesa	Julho/2015	Agosto/2015	Agosto/2014 Julho/2015	Setembro/2014 Agosto/2015
IPC-C1	0,68	0,06	10,31	10,37
Alimentação	0,94	-0,36	10,97	10,6
Habitação	1,18	0,18	14,52	14,47
Vestuário	-0,21	-0,26	2,66	2,89
Saúde e cuidados pessoais	0,42	0,59	7,58	8,01
Educação, leitura e recreação	0,03	0,34	8,18	8,13
Transportes	0,13	0,42	10,01	10,75
Despesas diversas	0,16	0,12	9,44	9,44
Comunicação	0,08	0,1	0,17	1,2

Tabela 03 – Taxa de variação no mês e em 12 meses – IPC-C1 (%) Fonte: IBRE/FGV

As maiores influências positivas e negativas são demonstradas através da tabela 04:

Discriminação	Variação Percentual	
	jul/15	ago/15
MAIORES INFLUÊNCIAS POSITIVAS		
Tarifa de ônibus urbano	0,05	0,55
Refeições em bares e restaurantes	0,33	0,77
Aluguel residencial	0,5	0,43
Pão Francês	0,58	1,15
Perfume	0,48	1,65
MAIORES INFLUÊNCIAS NEGATIVAS		
Batata-Inglesa	2,47	-19,07
Tomate	-3,37	-15,54
Cebola	7,76	-10,34
Tarifa de eletricidade residencial	3,8	-0,83
Banana-prata	-2,9	-8,13

Tabela 04 – Maiores influências positivas e negativas em Agosto/2015. Fonte: IBRE/FGV



Para Domingos (2015), devido à retração da economia é necessário “apertar os cintos” e rever os gastos para não desequilibrar o orçamento. Fazer um bom planejamento, anotando todas as finanças é o primeiro passo, compartilhar com a família a situação econômica para que apoie diante das dificuldades, cortar as despesas desnecessárias, evitar comprometer a renda, evitar usar cartões de crédito e cheque especial, substituir as marcas de alimentos, renegociar as dívidas e economizar.

3. CONCLUSÃO

Com o descontrole da inflação e a taxas de juros elevadas, é necessário adequar o orçamento familiar e driblar as consequências para a melhoria da qualidade de vida de toda a família. O IPCA é um índice que acompanha a variação dos preços dos produtos, sendo assim, cabe à população atentar-se aos produtos que são mais sensíveis à inflação e suas políticas e se reajustar.

Devido o salário mínimo ser reajustado conforme a inflação, aumenta-se o poder de compra dos trabalhadores anualmente, alguns produtos causam impacto diretamente no orçamento, por isso é necessário acompanhar os aumentos nesses grupos específicos.

É preciso relacionar de forma adequada o orçamento e planejar, o planejamento é essencial e a base para uma saúde financeira equilibrada. Entretanto, é relevante ter uma união entre todos os membros da família e que cada um tenha conhecimento de seu papel, é necessário colocar tudo isso em prática, fazer um gerenciamento adequado para que se consiga administrar o dinheiro.

Logo se faz necessária a melhoria na divulgação deste índice às famílias mais carentes, que são as que mais sentem o impacto da inflação, para que de alguma forma elas possam utilizá-lo a seu favor e preservar-se das consequências que são trazidas.



4. REFERÊNCIAS

- BRAZ, André. **Índices de Preços ao Consumidor IPC-C1**. [S.l.]: Fundação Getúlio Vargas – IBRE, 2015. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageld=402880972283E1AA0122841CE9191D3&lumItemId=8A7C82C54F7DAFDC014F928FB3A25189>>. Acesso em: 5 set. 2015.
- DOMINGOS, Reinaldo. **Com alta da inflação é necessário planejar orçamento e quitar as dívidas**. O Dia – IG. 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/economia/2015-03-08/com-alta-da-inflacao-e-necessario-planejar-orcamento-e-quitar-as-dividas.html>>. Acesso em: 5 set. 2015.
- MOREIRA, Elmo Nélio. **Economia e Finanças**. Inflação, 2011. Disponível em: <http://www.gazetadeitauna.com.br/conceito_inflacao.htm>. Acesso em: 3 set. 2015.
- RIBEIRO, Viviane Morais. **A inflação e seus efeitos na renda da população**. 2012. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-inflacao-e-seus-efeitos-na-renda-da-populacao/95969/>>. Acesso em: 3 set. 2015.
- ROSSI, Pedro et al. **G1 explica a inflação: quais as causas da inflação?** 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/inflacao-causas/platb>>. Acesso em: 8 set. 2015.
- SHOSTAK, Frank. **Inflação não é um aumento generalizado dos preços**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1302>> Acesso em: 7 set. 2015.
- SILVA, César Roberto Leite da. **Economia e mercados: Introdução à economia**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- SILVA, Laíse Cristian Oliveira Gonçalves da. **A influência da inflação no orçamento doméstico: uma breve análise das famílias assalariadas**. 2014. Monografia (Graduação) – Universidade Do Rio Grande Do Norte Centro De Ciências Sociais Aplicadas Departamento De Ciências Administrativas Curso De Graduação Em Administração, [S.l.], 2014.
- SOUZA, Luiz Daniel Willcox de. **Inflação de custos e inflação de demanda: uma discussão acerca da natureza das causas da inflação**. Campinas: [s.n.], 2001. Leituras de Economia Política.
- TRADERNEWS. **Os índices que medem a inflação no Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://tradernews.wordpress.com/2008/12/26/indices-inflacao-brasil/>>. Acesso em: 8 set. 2015.



TRICHES, Divanildo; FURLANETO, Aline Vanessa da Rosa. **Análise comparativa dos indicadores que medem a inflação na economia brasileira.** [S.l.: s.n.], 2003.